



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

Nº: 944
ENT.: 837
PROC. Nº:

17/02/2014

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 824/XII/3.^a

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 152, de 18 de fevereiro, remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

GABINETE DA SECRETÁRIA DE
ESTADO DOS ASSUNTOS
PARLAMENTARES E DA IGUALDADE
ENTRADA N.º 837
DATA: 18/02/2014

Exm^a Senhora
Chefe do Gabinete de S. Exa. a
Secretária de Estado dos Assuntos
Parlamentares e da Igualdade
Dr^a Marina Resende

| SUA REFERÊNCIA | SUA COMUNICAÇÃO | NOSSA REFERÊNCIA | DATA |
|----------------|-----------------|------------------|-------------------|
| 399 | 22/01/2014 | 152 | 18/fevereiro/2014 |

ASSUNTO: Resposta à Pergunta nº 824/XII/3^a, de 22 de janeiro de 2014

No seguimento da Pergunta 824/XII/3^a de 22 de janeiro de 2013, dos Senhores Deputados Bruno Coimbra, André Pardal, Cristóvão Simão Ribeiro, Cláudia Monteiro de Aguiar, Duarte Marques, Hugo Lopes Soares, Joana Barata Lopes e Pedro Pimpão, do Partido Social Democrata, cumpre informar o seguinte:

Relativamente à primeira questão, ***“Qual a posição do Governo relativamente à criação de Espaços do Cidadão nas Juntas de Freguesia e Câmaras Municipais?”***, importa referir que o projeto Espaços do Cidadão assenta num princípio de parceria entre Governo e entidades públicas ou entidades que, sendo privadas, prestem serviços de interesse público. Neste contexto, e considerando que um dos objetivos centrais do projeto é o alargamento da prestação de serviços públicos à mais ampla cobertura territorial, as autarquias apresentam-se como parceiros, não só naturais, mas mesmo preferenciais. Aliás, o Secretário de Estado para a Modernização Administrativa manteve reuniões com presidentes de câmaras de todas as Comunidades Intermunicipais do Continente, entre novembro e dezembro, justamente para apresentar este projeto e convidar os autarcas a aderirem à iniciativa.

Nestes contactos, foi sempre referido o interesse, por parte do Governo, de haver envolvimento simultâneo de câmaras municipais e juntas de freguesia, num diálogo tripartido. Esta estratégia de envolvimento das autarquias corresponde a uma visão descentralizadora, que vem sendo defendida pelo Governo em várias áreas, mas



corresponde também a um reconhecimento da maior proximidade e do maior conhecimento da realidade local que as autarquias detêm. Nesse sentido, as câmaras municipais e as juntas de freguesia são verdadeiros parceiros estratégicos do Governo para o projeto Espaços do Cidadão, sendo a sua participação indispensável, desde logo na identificação dos próprios locais onde deve instalar-se os Espaços, considerando critérios da proximidade, da info-inclusão e de discriminação positiva para promoção da coesão territorial.

A posição do Governo relativamente à criação de Espaços do Cidadão nas juntas de freguesia e câmaras municipais passa ainda por um sentido de equilíbrio na repartição do esforço de prestação de serviços públicos. Esse sentido está expresso no modelo de parceria que foi desenvolvido, no qual as autarquias disponibilizam o espaço e os recursos humanos, bem como assumem a gestão e despesa correntes; enquanto a Administração Central fornece o equipamento (imobiliário e informática), assegura a formação dos assistentes e garante um apoio ao atendimento para o caso de dúvidas - isto além do investimento já realizado e continuamente renovado na digitalização dos serviços públicos.

A noção de equilíbrio na parceria com as autarquias está também presente na grande flexibilidade que o projeto prevê, ao nível dos serviços disponibilizados, permitindo às autarquias que definam os serviços que consideram mais adequados às necessidades e perfis das suas comunidades locais, e também que incorporem no atendimento os próprios serviços camarários.

Deve assinalar-se, por último, que o modelo de parceria que orienta a implementação de cada um dos Espaços do Cidadão nas autarquias assenta no princípio da autonomia da gestão local desses Espaços (por exemplo no caso da definição dos horários), que se articulam numa Rede Nacional de Espaços do Cidadão.

Quanto à segunda questão *“Qual a estratégia do Governo no âmbito do aprofundamento do processo de descentralização de competências da administração central para a administração local?”*, o Governo está a promover o programa Aproximar que abrange duas áreas: reorganização da Rede de Serviços Públicos Desconcentrados e Descentralização de Políticas Públicas. No que respeita à descentralização, pretende-se por um lado, identificar e analisar as funções e competências cuja transferência para um nível mais próximo dos cidadãos seja vantajosa, com ganhos de qualidade do serviço e eficiência nos recursos utilizados e,



por outro, definir e implementar diferentes mecanismos de descentralização dessas funções e competências, de avaliação de custo-benefício em cada caso e de monitorização dos resultados durante e após a descentralização.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe do Gabinete

(Gonçalo Pistacchini Moita)